



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ITABIRINHA-MG

PREFEITURA DE ITABIRINHA - MINAS GERAIS - MG

Professor de Apoio

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

CÓD: SL-168MA-24
7908433276326

Língua Portuguesa

1. Leitura e literatura infantil e juvenil.....	9
2. Diferenças entre padrões da linguagem oral e da linguagem escrita; norma culta	9
3. Gêneros do discurso: estrutura, sequências discursivas; marcas linguísticas.....	11
4. Práticas de leitura e produção de texto; a formação de leitores e produtores de texto; discurso e texto: texto e elementos constitutivos do contexto de produção.....	13
5. O texto como unidade de sentido: mecanismos de coesão e fatores de coerência; coesão e coerência textuais	17
6. Análise e reflexão sobre o uso da língua.....	21
7. Fonologia: conceitos básicos; classificação dos fonemas; sílabas; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; divisão silábica	21
8. Ortografia (regras do novo acordo ortográfico): conceitos básicos	26
9. Acentuação: conceitos básicos de acordo com a nova norma ortográfica; acentuação tônica; acentuação gráfica; aspectos genéricos das regras de acentuação; as regras básicas; as regras especiais; hiatos; ditongos; acentos diferenciais	27
10. Formas verbais seguidas de pronomes; sintaxe de colocação.....	31
11. Morfologia: estrutura e formação das palavras; conceitos básicos; processos de formação das palavras; derivação e composição; prefixos; sufixos; tipos de composição	32
12. Classe de palavras; estudo dos verbos regulares e irregulares	37
13. Sintaxe: termos essenciais da oração; termos integrantes da oração; termos acessórios da oração; período	45
14. Sintaxe de concordância	50
15. Sintaxe de regência	54
16. Funções e empregos das palavras “que” e “se”	57
17. Sinais de pontuação	59
18. Problemas gerais da língua culta: o uso do hífen.....	65
19. O uso da crase.....	66
20. Interpretação e análise de texto	68
21. Tipos de comunicação: descrição; narração; dissertação	68
22. Tipos de discurso	70
23. Qualidades e defeitos de um texto	72
24. Estilística: figuras de linguagem	73
25. Vícios de linguagem	76

Noções de Informática

1. Componentes de um computador: processadores, memória e periféricos mais comuns; dispositivos de armazenagem de dados; propriedades e características.....	83
2. Sistema operacional windows: manipulação de janelas, programas e arquivos; instalação e desinstalação de programas; principais utilitários; telas de controle e menus típicos; mecanismos de ajuda; mecanismos de busca. Arquivos digitais: documentos, planilhas, imagens, sons, vídeos; principais padrões e características. Arquivos pdf.....	86
3. Editores de texto: formatação, configuração de páginas, impressão, títulos, fontes, tabelas, corretores ortográficos, manipulação de figuras, cabeçalhos, rodapés, anotações e outras funcionalidades de formatação. Manipulação de arquivos: leitura e gravação; controle de alterações; uso de senhas para proteção. Formatos para gravação. Mala direta. Macros. Impressão. Criação e manipulação de formulários. Ms word 2007 br ou superior	108

4. Planilhas: criação, manipulação de dados, fórmulas, cópia e recorte de dados, formatação de dados e outras funcionalidades para operação. Manipulação de arquivos: leitura e gravação. Macros. Impressão. Importação e exportação de dados. Proteção de dados e planilhas. Ms excel 2007 br ou superior	121
5. Internet: conceitos gerais e funcionamento. Endereçamento de recursos. Navegação segura: cuidados no uso da internet; ameaças; uso de senhas e criptografia; tokens e outros dispositivos de segurança; senhas fracas e fortes. Navegadores (browsers) e suas principais funções. Sites e links; buscas; salva de páginas. Google chrome. Firefox. Internet explorer. Transferência de arquivos e dados: upload, download, banda, velocidades de transmissão. Ftp.....	135
6. E-mail: utilização, caixas de entrada, endereços, cópias e outras funcionalidades. Webmail	141
7. Conexão de computadores em rede: wi-fi, rede local, características e aplicações	144

Conhecimentos Didáticos-Pedagógicos

1. Alfabetização e letramento	151
2. Conhecimento didático	152
3. O processo de ensino-aprendizagem	156
4. A educação pública como instrumento de inclusão social	159
5. As instituições colegiadas (composição, atribuições e participação dos segmentos)	163
6. O projeto político pedagógico da escola (caracterização, elaboração e execução)	166
7. O cuidar e o educar	168
8. O trabalho escolar e o processo educacional	171
9. A organização curricular compromissada com a aquisição de competências e habilidades	176
10. A contextualização dos currículos	181
11. Os processos de avaliação da aprendizagem	185
12. A organização dos tempos e dos espaços escolares	186
13. A relação currículo e avaliação	187
14. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento	191
15. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação	192
16. As diretrizes e bases da educação nacional (lei nº9394/96 de 20/12/1996)	192
17. Atualizada: diretrizes curriculares nacionais para a educação básica (resolução cne/ceb nº04 de 13/07/2010).....	211
18. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (resolução cne/ceb nº02 de 30/01/2012)	221
19. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos (resolução cne/ceb nº03 de 15/06/2010)	226
20. Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.....	228
21. Estatuto da criança e do adolescente - lei nº 8.069, De 13 de julho de 1990.....	229
22. Lei nº 14.113, De 25 de dezembro de 2020	269
23. Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, concepção.....	283
24. Teorias e tendências pedagógicas.....	289
25. Sistema de ensino	290
26. Função social da escola.....	294
27. Processo de ensino/aprendizagem: relações entre educação, escola e sociedade	295
28. Relação professor-aluno	299
29. Bases psicopedagógicas da aprendizagem	302
30. Tecnologia aplicada a educação	306
31. Gestão escolar democrática e a eficácia escolar	307
32. Planejamento de ensino – planos/projetos (concepção, funções e tipos)	311

33. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	312
34. Inclusão escolar e educação especial nas escolas.....	312

Conhecimentos Específicos Professor de Apoio

1. Fundamentos da educação: teorias e abordagens da educação especial e inclusiva.....	323
2. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (ldb)	329
3. Estatuto da pessoa com deficiência	348
4. Estatuto da criança e do adolescente (eca)	366
5. Paradigmas educacionais e sua aplicação na prática	405
6. Relações entre educação, sociedade e desenvolvimento.....	411
7. Educação inclusiva: princípios da educação inclusiva e sua aplicação na escola	411
8. Análise das necessidades dos alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais; planejamento e desenvolvimento de atividades diferenciadas para alunos com necessidades específicas	412
9. A importância da colaboração entre professores, pais e outros profissionais da escola.....	415
10. Ferramentas pedagógicas e tecnologias de apoio: recursos pedagógicos e tecnologias de apoio para auxiliar alunos com deficiência	416
11. Acessibilidade em ambientes físicos e digitais.....	419
12. Estratégias de comunicação alternativa e aumentativa.....	425
13. Desenvolvimento de habilidades: habilidades sociais e de comunicação	425
14. Desenvolvimento de habilidades cognitivas e acadêmicas.....	431
15. Autonomia e participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem	437
16. Acompanhamento e avaliação: elaboração e avaliação de planos de atendimento educacional especializado (pae).....	442
17. Registro de avanços dos alunos e acompanhamento de projetos	443
18. Comunicação e interação com a família dos alunos	444

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

A literatura dedicada às crianças e aos jovens adolescentes, envolvendo narrativas fictícias no universo infantojuvenil, composições culturais e folclóricas, poemas, novelas, ou apenas obras que apresentam ou explicam fatos da vida, com os saberes das artes, da matemática, da ciência, etc. Obviamente, a idade do leitor é o que determina o conteúdo de uma obra infantojuvenil. Assim, as literaturas voltadas para crianças na faixa dos 2 aos 4 anos em geral são construídas com uma quantidade menor de palavras, com muito mais ilustrações, imagens e cores, ao contrário da literatura destinada aos adolescentes, em geral contendo somente textos.

De qualquer modo, tratando-se de literatura infantil, é essencial que o contato dos pequenos com os livros possa ocorrer o mais cedo possível, proporcionando-lhes familiaridade com o formato, o cheiro, a textura e todas as suas possibilidades infinitas.

Literatura infantil

Destinada para o público na faixa de 2 e 11 anos, as principais características dessa literatura são:

- Presença de recursos visuais (ilustrações, fotos, cores);
- Os personagens principais são crianças;
- Ausência de temáticas adultas ou impróprias para os jovens leitores, como uso de drogas, crimes hediondos, quaisquer tipo de violência, cenários de guerra, conteúdos sexuais, etc;
- Apresentam cunho pedagógico, transmitindo aos pequenos leitores normas e comportamentos sociais;
- É desenvolvida em uma linguagem acessível e simples, expondo os fatos de forma clara;
- As descrições dão lugar aos diálogos, que, nesta literatura, são mais frequentes, assim como a diversidade de acontecimentos;
- Geralmente, têm um desfecho feliz;
- Em geral, são mais curtas.

Literatura juvenil

Voltada para o público leitor entre 10 e 15 anos, tem como características principais:

- Apresentam estímulos visuais, como ilustrações e fotos, mas, por serem constituídas basicamente de textos, esses recursos não são obrigatórios;
- Os heróis e os personagens principais são da mesma faixa etária do público;
- É comum abordarem assuntos de interesse do público juvenil, como temas de interesse do jovem adolescente; assuntos estes muitas vezes polêmicos, desde relacionamentos amorosos, até uso de drogas, episódios de violência e conteúdo sexual;

– Normalmente são desenvolvidas em volumes maiores, chegando muitas vezes a uma média de 300 páginas.

Escritores

Monteiro Lobato: é o autor de literatura infantil mais importante da gama infantojuvenil no Brasil. O escritor e editor do período pré-modernista, ganhou destaque nos gêneros fábula e conto, sendo a série **Sítio do Picapau Amarelo**, desenvolvida em 23 volumes, de 1920 a 1947.

Pedro Bandeira: a partir de 1983, quando destacou-se com a publicação **O Dinossauro que fazia Au-au**, Bandeira passou a dedicar-se unicamente à escrita de obras infantojuvenis, consagrando-se com um dos maiores escritores desse ramo.

Gênero

Poesia: o gênero lírico também tem sua gama de autores na literatura para crianças e jovens adolescentes, entre os principais Ruth Rocha e Cecília Meireles.

Histórias em quadrinhos: Maurício de Souza, com a Turma da Mônica, e Ziraldo, como Menino Maluquinho, são os grandes nomes desse gênero na literatura infantojuvenil.

A utilidade pedagógica da literatura infantojuvenil

Ao introduzir a literatura infantil em sala de aula, os professores devem observar aspectos como a abordagem das práticas da sociedade, de modo que elas possam ser transformadas em aprendizados relevantes e expressivos, que atendam às necessidades dos estudantes geradas de forma intencional nas interações desenvolvidas no contexto escolar.

DIFERENÇAS ENTRE PADRÕES DA LINGUAGEM ORAL E DA LINGUAGEM ESCRITA; NORMA CULTA

NORMA CULTA E VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

A norma culta é a forma de uso da língua que segue as regras gramaticais e ortográficas prescritas pelas gramáticas normativas e dicionários. Ela é considerada o padrão linguístico ensinado nas escolas e utilizado em contextos formais, como na escrita acadêmica, na mídia tradicional e nos discursos institucionais.

A norma culta é vista como uma ferramenta de prestígio social e de comunicação eficiente em situações formais, sendo associada a maior correção e clareza. No entanto, a norma culta é apenas uma das muitas formas de se usar a língua.

As variedades linguísticas, por outro lado, são as diferentes formas de uso da língua que variam de acordo com fatores como região geográfica, classe social, idade, nível de escolaridade e situação comunicativa. As variações podem ser tanto regionais (os dialetos) quanto socioculturais (variedades sociais da língua). Em oposição à norma culta, as variedades linguísticas informais

ou regionais são muitas vezes marcadas por diferenças fonéticas, léxicas e sintáticas que refletem as características da comunidade ou grupo social que as utiliza.

Essa diversidade linguística não deve ser vista como erro ou como inferioridade em relação à norma culta, mas sim como uma expressão legítima da pluralidade cultural e linguística de uma sociedade. A língua, enquanto fenômeno social, é dinâmica e varia conforme as necessidades e características dos seus falantes. Um exemplo claro é o uso de expressões regionais no Brasil, como “guri” no sul e “moleque” no sudeste, que mostram como o vocabulário pode diferir em diferentes partes do país, sem que uma forma seja “mais correta” que a outra.

A norma culta, embora importante em determinados contextos, é uma entre várias manifestações da língua, e é preciso reconhecer o valor de todas as formas de expressão linguística. A coexistência entre norma culta e variedades linguísticas mostra a riqueza da língua portuguesa e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos e públicos.

A RELAÇÃO ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA

A oralidade e a escrita são duas formas principais de manifestação da língua, cada uma com características próprias, mas intimamente conectadas. A oralidade é a forma primária e mais natural da linguagem humana. Ela ocorre de maneira espontânea, imediata e em contextos informais, sendo marcada por aspectos como entonação, gestos e expressões faciais. A fala é dinâmica e fluida, ajustando-se às situações de comunicação, e muitas vezes não segue rigorosamente as regras da gramática normativa.

A escrita, por sua vez, é uma forma secundária da língua, mais estruturada e formal. Ela exige maior planejamento e revisão, já que a comunicação escrita não permite as correções imediatas da fala. Além disso, a escrita é frequentemente associada à permanência e à formalidade, sendo usada em textos acadêmicos, jurídicos, literários, entre outros. Por ser uma forma mais controlada de expressão, a escrita segue com mais rigor as normas da gramática, o que a diferencia da fala cotidiana.

No entanto, a relação entre oralidade e escrita é complexa e fluida. Com o surgimento de novas tecnologias e formas de comunicação, a linha que separa essas duas modalidades tornou-se mais tênue. Na internet, por exemplo, vemos uma mistura entre as características da fala e da escrita. A linguagem usada em aplicativos de mensagens, redes sociais e e-mails tende a ser mais informal, incorporando elementos da oralidade, como abreviações, gírias e emojis. Isso cria uma forma de escrita mais próxima da espontaneidade da fala, que desafia as normas tradicionais da escrita formal.

Um exemplo clássico dessa aproximação entre oralidade e escrita são as conversas em aplicativos de mensagens, onde frases curtas, sem a pontuação adequada, ou mesmo o uso de emoticons substituem expressões orais, permitindo uma comunicação rápida e eficiente, ainda que distante da norma culta escrita. Assim, a internet tem transformado a maneira como percebemos e usamos a língua, aproximando cada vez mais as formas oral e escrita.

► Dúvidas mais comuns da norma culta

– Perca ou perda:

Isto é uma perda de tempo ou uma perca de tempo?

Tomara que ele não perca o ônibus ou não perda o ônibus?

Quais são as frases corretas com perda e perca? Certo: Isto é uma perda de tempo.

– Embaixo ou em baixo:

O gato está embaixo da mesa ou em baixo da mesa?

Continuarei falando em baixo tom de voz ou embaixo tom de voz?

Quais são as frases corretas com embaixo e em baixo? Certo: O gato está embaixo da cama

– Ver ou vir:

A dúvida no uso de ver e vir ocorre nas seguintes construções:

Se eu ver ou se eu vir? Quando eu ver ou quando eu vir?

Qual das frases com ver ou vir está correta? A correta seria “Se eu vir você lá fora, você vai ficar de castigo!”

– Onde ou aonde:

Os advérbios onde e aonde indicam lugar: Onde você está?

Aonde você vai?

Qual é a diferença entre onde e aonde? Onde indica permanência. É sinônimo de em que lugar. Onde, Em que lugar Fica?

– Como escrever o dinheiro por extenso?

Os valores monetários, regra geral, devem ser escritos com algarismos: R\$ 1,00 ou R\$ 1 R\$ 15,00 ou R\$ 15 R\$ 100,00 ou R\$ 100 R\$ 1400,00 ou R\$ 1400.

– Obrigado ou obrigada

Segundo a gramática tradicional e a norma culta, o homem ao agradecer deve dizer obrigado. A mulher ao agradecer deve dizer obrigada.

– Mal ou mau:

Como essas duas palavras são, maioritariamente, pronunciadas da mesma forma, são facilmente confundidas pelos falantes.

Qual a diferença entre mal e mau? Mal é um advérbio, antônimo de bem. Mau é o adjetivo contrário de bom.

– “Vir”, “Ver” e “Vier”

A conjugação desses verbos pode causar confusão em algumas situações, como por exemplo no futuro do subjuntivo. O correto é, por exemplo, “quando você o vir”, e não “quando você o ver”.

Já no caso do verbo “ir”, a conjugação correta deste tempo verbal é “quando eu vier”, e não “quando eu vir”.

– “Ao invés de” ou “em vez de”:

“Ao invés de” significa “ao contrário” e deve ser usado apenas para expressar oposição.

Por exemplo: Ao invés de virar à direita, virei à esquerda.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

COMPONENTES DE UM COMPUTADOR: PROCESSADORES, MEMÓRIA E PERIFÉRICOS MAIS COMUNS; DISPOSITIVOS DE ARMAZENAGEM DE DADOS; PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

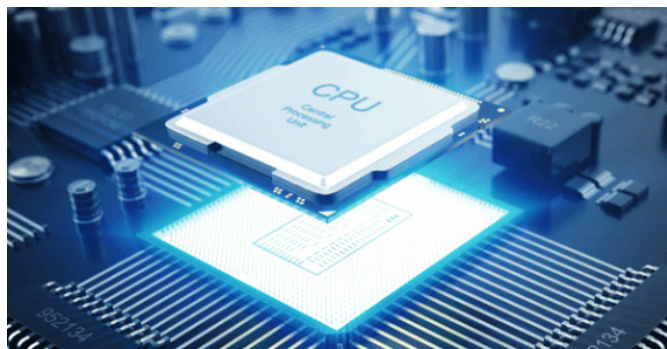
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS- PEDAGÓGICOS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização e letramento são processos paralelos, são duas ações distintas, mas que caminham juntas e são inseparáveis para a garantia da aprendizagem da leitura e da escrita. Ou seja, o professor vai ensinar o Sistema de Escrita Alfabética permitindo que a criança vivencie práticas de leitura e escrita, agregando esses conhecimentos a situações reais e atividades cotidianas¹.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita — a alfabetização — e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita — o letramento.

No entanto, há algumas questões importantes que o educador deve levar em consideração antes de tentar contemplar esses dois conceitos em seu planejamento: é possível que todas as crianças aprendam ao mesmo tempo? Como ensinar os alunos? Qual é o papel e qual é a importância do professor alfabetizador?

Pode-se começar refletindo sobre o papel do educador. É importante que ele realize um trabalho voltado à inserção do aluno em um ambiente alfabetizador e letrado. Nesse ambiente, a criança deve ter a oportunidade de conhecer, vivenciar, refletir e experimentar novas práticas de leitura e escrita.

Além disso, o professor deve criar um espaço acolhedor que contemple as diferenças, especificidades e características dos alunos. Todo esse trabalho parte de um planejamento voltado ao que o professor quer e ao que precisa ensinar aos alunos ao longo de todo o ano letivo.

Para fazer esse planejamento, o professor deve levar em consideração os usos sociais da língua escrita, tanto no âmbito escolar como nas demais esferas, promovendo uma postura investigativa em que a autonomia, o respeito e o diálogo sejam as peças-chave para o aprendizado. Nesse sentido, a escola e o professor devem fazer a mediação entre as práticas de alfabetização (importantes para o desenvolvimento das competências dos alunos) e os objetivos sociais e práticas relevantes presentes nas situações do cotidiano.

É fundamental que, na fase de alfabetização, a criança possa vivenciar a leitura, assim como a produção, a compreensão e a reflexão de textos orais e escritos, a fim de se apropriar do

Sistema de Escrita Alfabética. A ideia é que as diferentes ideias e posicionamentos dos alunos possam fazer parte do trabalho como um todo.

Partindo desse pressuposto, o trabalho com diferentes portadores de texto e gêneros textuais serve como ponto de partida para enriquecer a aula. Afinal, tais portadores e gêneros se aproximam da realidade em que a criança está inserida, valorizam as suas experiências, instigam a imaginação, possibilitam um aprendizado mais significativo e propiciam vivências práticas que vão além dos conteúdos escolares.

A seguir, pode-se ver alguns dos muitos portadores de texto e gêneros textuais existentes. Eles podem ser trabalhados em sala de aula na perspectiva da alfabetização e do letramento. Além disso, se aproximam das práticas sociais vivenciadas pelos alunos. Vejamos:

- Receitas;
- Manuais, regras de jogos, listas e instruções;
- Bilhetes;
- Cartas;
- Convites;
- Histórias em quadrinhos, tirinhas;
- Parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, lendas;
- Músicas;
- Piadas;
- Poesias, contos, fábulas;
- Rótulos e embalagens;
- Símbolos, placas;
- Cardápios;
- Jornais, revistas, sites, noticiários, cartazes informativos, etc.

A partir do planejamento da prática, o professor poderá, por meio das atividades diárias realizadas em sala de aula, observar e buscar respostas aos questionamentos anteriores: é possível que todas as crianças aprendam ao mesmo tempo? Como ensinar os alunos?

Pode-se considerar que em todas as turmas, independentemente da localidade, existe uma grande diversificação e heterogeneidade em relação ao conhecimento de cada criança. Algumas possuem conhecimento além do que se espera ou do que é trabalhado durante o ano. Outras parecem não acompanhar o mesmo ritmo do restante da turma. E essa complexidade das interações em sala de aula é que torna o trabalho do professor tão desafiador.

As crianças iniciam o ano com diferentes conhecimentos, aprendizagens, capacidades e habilidades, tanto em relação ao sistema de escrita alfabética como em relação a outros conteúdos abordados dentro e fora da sala de aula. Algumas crianças envolvem-se mais cedo e são cercadas por práticas de

¹ Bes, Pablo, et al. *Alfabetização e letramento*. Disponível em: [Minha Biblioteca, Grupo A, 2018](#).

letramento; outras, porém, estão envolvidas em um contexto com poucos estímulos e necessitam de um contato maior com o material escrito.

O que o professor precisa ter em mente é que os alunos são capazes de aprender, independentemente do ambiente em que estão inseridos. Assim, mesmo que as crianças iniciem o ano com conhecimentos abaixo do que é esperado para os objetivos de trabalho, o professor pode contemplar as hipóteses e saberes que já possuem.

Na perspectiva do trabalho conjunto entre alfabetização e letramento, o professor precisa, em primeiro lugar, traçar um perfil da turma, percebendo os diferentes níveis em que as crianças se encontram. Depois, deve pensar em atividades diversificadas que trabalhem com o sistema notacional e as situações de reflexão, questionamento e criação de hipóteses.

A partir desse envolvimento e desse conhecimento que as crianças possuem acerca da escrita, é possível planejar atividades que de fato contribuam para que o aluno avance em seus conhecimentos sobre o sistema de escrita alfabética, criando diferentes oportunidades de aprendizagem e de integração com o processo de escolarização. Cabe ao professor compreender o processo, buscar soluções por meio de estudo, reflexão e troca com seus pares.

Assim, ele deve trabalhar com esses diferentes saberes, conhecendo as práticas culturais e sociais vivenciadas pela comunidade e pelos alunos. Ele precisa ainda favorecer o contato com a escrita nas mais variadas circunstâncias, para que a criança vá se familiarizando com as situações de aprendizagem e avance de nível.

Mesmo que as crianças não tenham dominado todos os conhecimentos propostos pelos professores ao final do ano letivo, isso não significa que elas não aprenderam; pelo contrário, alguns saberes foram agregados e construídos. Contudo, é necessário observar e identificar quais conquistas foram possibilitadas, de forma que a criança se sinta segura, valorizada e motivada para novas aprendizagens.

Por fim, é urgente que escolas e educadores pensem em práticas de alfabetização e letramento partindo de um planejamento que contemple atividades capazes de auxiliar os alunos a avançarem em sua aprendizagem. Tais atividades devem ser do interesse da criança e estar de acordo com a realidade em que ela está inserida.

Somente por meio dessas experiências será possível refletir sobre a prática da leitura e da escrita em diferentes circunstâncias. Portanto, o desenvolvimento das capacidades dos alunos em relação à língua escrita não é um processo que se encerra assim que eles se apropriam do sistema de escrita, pelo contrário, ele se estende por toda a vida.

O que os sujeitos fazem é apenas aprimorar e criar possibilidades na construção de novos conhecimentos e habilidades.

CONHECIMENTO DIDÁTICO

DIMENSÕES DO CONHECIMENTO DIDÁTICO

O estudo das dimensões do conhecimento didático permite entender como o professor articula diferentes saberes para ensinar de maneira eficaz. Essas dimensões não operam isoladamente: elas se complementam, formando um conjunto integrado que orienta as decisões pedagógicas e favorece aprendizagens significativas.

O conhecimento didático é multifacetado e envolve diversos componentes interligados. Entender suas dimensões ajuda a perceber que o bom ensino não depende apenas de saber o conteúdo, mas também de saber como ensinar, para quem ensinar e em que contexto ensinar.

Essas dimensões são especialmente relevantes em processos de formação inicial e continuada de professores, servindo como referência para análise e aprimoramento da prática docente.

► Conhecimento do Conteúdo

Essa dimensão refere-se ao domínio profundo da matéria a ser ensinada. O professor deve ter segurança nos conceitos, princípios e fatos relacionados à sua área, bem como conhecer as estruturas conceituais que organizam esse conhecimento.

▪ **Exemplo:** Um professor de História precisa dominar não apenas datas e eventos, mas também os processos e relações históricas que explicam esses fatos.

Sem esse domínio, o risco é transmitir informações fragmentadas, superficiais ou mesmo equivocadas.

► Conhecimento Pedagógico Geral

Aqui entram os princípios, métodos e estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente do conteúdo específico. Inclui teorias educacionais, gestão de sala de aula, técnicas de motivação, organização de tempos e espaços, e uso adequado de recursos didáticos.

▪ **Exemplo:** Saber como dividir a turma em grupos produtivos, como manter a atenção dos alunos, como elaborar atividades que desenvolvam habilidades cognitivas superiores.

Esse conhecimento permite ao professor estruturar um ambiente de aprendizagem eficiente e acolhedor.

► Conhecimento Pedagógico do Conteúdo

É a dimensão que integra o que ensinar e como ensinar, segundo Shulman. Refere-se à capacidade de transformar o conhecimento disciplinar em conteúdos acessíveis e compreensíveis para os alunos, por meio de explicações, exemplos, analogias, perguntas e atividades adequadas.

▪ **Exemplo:** Um professor de Ciências que utiliza experimentos simples para demonstrar conceitos abstratos como pressão ou densidade.

Esse saber requer experiência e reflexão sobre a prática, além de constante atualização metodológica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Apoio

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: TEORIAS E ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação especial e inclusiva é uma área que visa garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação de qualidade, respeitando suas necessidades e particularidades. Este campo educacional, que se consolidou com o avanço dos direitos humanos e das políticas públicas de inclusão, busca assegurar que a escola seja um ambiente acessível e acolhedor para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outras necessidades específicas.

A Educação Especial e a Educação Inclusiva apresentam abordagens distintas, mas complementares. Enquanto a educação especial é voltada ao atendimento das necessidades educacionais específicas de determinados grupos, a educação inclusiva amplia essa visão, defendendo o direito de todos à aprendizagem em escolas regulares. Em um contexto inclusivo, a diversidade é entendida como uma característica natural do ser humano, e, por isso, a escola deve adaptar-se para atender aos diferentes perfis de seus estudantes, promovendo assim uma educação equitativa.

— A Contribuição dos Movimentos Internacionais

A consolidação de uma perspectiva inclusiva é fortalecida por marcos internacionais que influenciaram as políticas públicas educacionais no Brasil e em outros países. A Declaração de Salamanca (1994), por exemplo, representa um divisor de águas nesse contexto, pois reforça que a inclusão escolar é uma questão de direito humano e igualdade de oportunidades. A declaração sustenta que todas as crianças, independentemente de suas condições, devem aprender juntas, sempre que possível, em escolas regulares que ofereçam o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Outro marco importante é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008 com status de emenda constitucional, que reforça o direito das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva no sistema regular de ensino. Essas diretrizes internacionais, ao serem adotadas, trazem um compromisso legal e moral de cada país para com a inclusão educacional, e são fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade.

Avanços na Legislação Brasileira

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Educação (PNE) são instrumentos legais que reforçam a necessidade de inclusão educacional. A LDB, em seu artigo 58, estabelece que a educação especial deve ser oferecida de forma integrada em todos os níveis de ensino, com serviços de apoio que atendam às necessidades individuais dos alunos. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 incluiu, entre suas metas, a ampliação do acesso e a universalização da educação para alunos com deficiência entre 4 e 17 anos, estabelecendo prazos e estratégias específicas para o cumprimento dessas metas.

A Educação Especial e Inclusiva na Prática Escolar

A escola inclusiva deve ir além da mera presença do aluno em sala de aula, promovendo uma integração efetiva que garanta a participação e o aprendizado de todos. Isso requer adaptações curriculares, metodologias diferenciadas e recursos de tecnologia assistiva, que contribuam para a autonomia e o desenvolvimento do estudante. Nessa perspectiva, a atuação do professor e a formação da equipe pedagógica são fundamentais, pois o profissional deve ser capaz de identificar as necessidades de cada aluno e aplicar as estratégias de ensino mais adequadas.

Além disso, é importante que a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, funcionários, famílias e alunos, esteja comprometida com a construção de um ambiente inclusivo. Essa conscientização coletiva é essencial para combater barreiras atitudinais, como o preconceito e a discriminação, e para promover uma cultura escolar que valorize e celebre a diversidade.

A educação especial e inclusiva, portanto, representa uma mudança de paradigma no papel da escola, que deixa de ser um espaço seletivo e excludente para tornar-se um ambiente democrático, onde o direito à educação é assegurado para todos. No Brasil, os avanços legislativos e a influência de convenções internacionais têm sido fundamentais para estruturar essa transformação.

Contudo, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios, como a falta de formação específica para os profissionais da educação, a inadequação de infraestrutura escolar e a resistência cultural. Para que a inclusão ocorra de maneira plena, é necessário um compromisso contínuo e uma visão de que todos os alunos podem aprender e contribuir para uma sociedade mais justa e plural.

— Conceitos Fundamentais em Educação Especial e Inclusiva

Para compreender o campo da educação especial e inclusiva, é essencial conhecer alguns conceitos-chave que fundamentam essa prática. Esses conceitos abordam tanto os princípios e objetivos da educação especial quanto as diretrizes que orientam a educação inclusiva, fornecendo a base para políticas educacionais, metodologias de ensino e estratégias de apoio ao desenvolvimento de todos os alunos.

Educação Especial

É a modalidade de ensino que atende às necessidades educacionais específicas de estudantes que, devido a alguma deficiência, transtorno do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, requerem um apoio diferenciado para seu aprendizado e inclusão escolar. A educação especial pode ocorrer tanto em escolas regulares quanto em instituições especializadas, e sua atuação deve ser integrada ao sistema educacional comum, conforme orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Objetivos da Educação Especial:

- Garantir o direito à educação para todos, respeitando as particularidades de cada estudante.
- Oferecer atendimento educacional especializado (AEE), voltado a promover a autonomia e a integração do aluno ao contexto escolar.
- Desenvolver estratégias pedagógicas específicas e recursos que facilitem o acesso ao currículo escolar.

Público-alvo da Educação Especial:

Segundo o Decreto nº 7.611/2011, a educação especial destina-se a alunos com:

1. Deficiência física, sensorial (auditiva ou visual) ou intelectual.
2. Transtornos globais do desenvolvimento, como o espectro autista.
3. Altas habilidades/superdotação.

O atendimento educacional especializado (AEE) é uma estratégia fundamental para a educação especial. Ele ocorre no contraturno escolar e é realizado em salas de recursos multifuncionais, onde os alunos têm acesso a materiais adaptados e recursos de tecnologia assistiva. O AEE trabalha em conjunto com o ensino regular, complementando-o e reforçando a participação ativa do aluno na escola.

Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é uma abordagem educacional que reconhece a diversidade como uma característica intrínseca da sociedade e promove a participação de todos os alunos, sem exceções, na escola regular. A educação inclusiva vai além do atendimento de alunos com deficiência, abrangendo qualquer estudante que, por motivo de condição social, cultural, de gênero ou saúde, necessite de adaptações e apoio para uma experiência educacional plena.

Princípios da Educação Inclusiva:

- **Direito à Educação de Qualidade para Todos:** A educação inclusiva baseia-se no princípio de que a escola deve atender a todos os alunos de forma equitativa, eliminando as barreiras que possam dificultar sua aprendizagem.
- **Valorização da Diversidade:** A educação inclusiva promove uma visão positiva da diversidade humana, enfatizando que cada estudante contribui para o enriquecimento do ambiente escolar.
- **Educação em Escolas Regulares:** A inclusão ocorre, preferencialmente, em escolas comuns, com adaptações pedagógicas e físicas que garantam a acessibilidade e a integração de todos.
- **Desenvolvimento da Autonomia e do Protagonismo do Aluno:** Em um contexto inclusivo, cada aluno é incentivado a desenvolver suas potencialidades e a participar ativamente de sua aprendizagem.

Inclusão como Direito Humano:

O direito à educação inclusiva é amplamente reconhecido por convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, que define a educação inclusiva como um direito humano fundamental. Esse direito também é assegurado pela Declaração de Salamanca (1994), que propõe que as escolas regulares atendam a todos os estudantes, promovendo a inclusão social e educacional.

Necessidades Educacionais Específicas (NEE)

É um termo abrangente que se refere a qualquer tipo de necessidade adicional de apoio que um aluno possa ter para que possa acompanhar o processo educacional de forma plena. As NEE podem ser decorrentes de diversas condições, como deficiência, dificuldades temporárias de saúde, transtornos emocionais ou sociais, ou ainda de contextos socioeconômicos e culturais que impactam o desenvolvimento acadêmico do aluno.

Exemplos de adaptações para atender a NEE incluem:

- Modificações no currículo e flexibilização de conteúdos e métodos.
- Suporte especializado, como intérpretes de Libras para alunos surdos.
- Tecnologia assistiva, como softwares de leitura para alunos com deficiência visual.
- Ambientes inclusivos, com infraestrutura física acessível.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço específico voltado para estudantes da educação especial, oferecido no contraturno e com o objetivo de complementar e apoiar o ensino regular. Este serviço está disponível em salas de recursos multifuncionais e inclui recursos pedagógicos adaptados, como:

- **Tecnologias Assistivas:** Aparelhos, ferramentas e programas que auxiliam a comunicação e o aprendizado, como pranchas de comunicação e softwares de leitura.
- **Estratégias Pedagógicas:** Técnicas que facilitam o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.
- **Material Adaptado:** Materiais, como livros em braille, ampliados ou em formato digital, que facilitam o acesso ao conteúdo educacional.